



RELATÓRIO E
CONTAS ANUAIS
2021

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2021

INDICE

I.	RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....	4
2.	EMPRESA	5
3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
4.	CONTROLO INTERNO	7
5.	PERSPECTIVAS - ANO DE 2022.....	8
6.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	9
7.	RECONHECIMENTO.....	10
II.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS ...	11
III.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	36
IV.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	38

I. **RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

EXERCÍCIO 2021

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade Realtransfer - Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, nº 1, Galerias, Loja J, em Lisboa, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa coletiva 508 012 015, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2021.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2021 foi mais um ano fortemente marcado pelos impactos provocados pela pandemia de vírus SARS-COV-2, que voltou a obrigar muitos países a confinar durante vários meses consecutivos o que se reflectiu na difícil recuperação das economias a nível mundial. O sector do Turismo continuou a ser fortemente afetado pela pandemia, no entanto, apesar da grande diminuição do Turismo mundial, a RealTransfer teve um acentuado crescimento num dos seus principais serviços: a compra e venda de moeda.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 5,5%, uma recuperação considerável se tiver em conta o decréscimo de 3,5% registados em 2020.

Na zona Euro o PIB teve um crescimento de 4,7%, muito acima dos valores verificados em 2020 (- 6,5%). Já em Portugal, o cenário foi ainda mais animador, com o PIB a crescer 4,9% em 2021 contrariando a tendência registada no ano anterior, em que o PIB Português decresceu -8,4%.

No que diz respeito ao valor da inflação, Portugal registou uma taxa de 1,3% em 2021, quando tinha registado uma taxa de variação nula no ano anterior. No entanto, perspectiva-se uma inflação de valores muito superiores a estes para o ano corrente.

No que diz respeito à taxa de desemprego, esta situou-se nos 6,6%, valor abaixo do registado em 2020 (7%), e igualando o valor pré pandemia, em 2019. Acreditamos que os apoios concedidos pelo estado, nomeadamente os apoios referentes ao Layoff simplificado e o Apoio extraordinário à retoma progressiva da actividade contribuíram para que a taxa de desemprego se mantivesse estável.

O Rácio da dívida pública portuguesa situou-se nos 127,5% do PIB em 2021, valor este que se situou abaixo do registado em 2020 (133,70%), ainda assim ligeiramente acima das previsões do governo para este ano, que apontavam um rácio de dívida pública portuguesa de 126,9% do

PIB. O Banco Central explica que esta redução “refletiu amortizações de títulos de dívida, no valor de 4,6 mil milhões de euros, que foram parcialmente compensadas pelo aumento de passivos em depósito (1,4 mil milhões de euros), nomeadamente depósitos de entidades terceiras junto das administrações públicas e certificados de aforro e do Tesouro, e em empréstimos (2.4 mil milhões de euros)”.

O sector do turismo é de extrema importância para a economia Portuguesa, representando em 2021 cerca de 19,1% do PIB. Apesar de este sector ter registado uma ligeira recuperação da procura no ano de 2021, com mais 45,2% de dormidas do que as registadas em 2020, este valor está ainda muito aquém dos registados em 2019 (menos 53%). No que diz respeito às receitas, estas registaram um aumento de mais 28,9% em relação a 2020, o que se materializou em mais 2,2 mil milhões de euros para a economia portuguesa em 2021.

2. EMPRESA

A RealTransfer assistiu, mais uma vez, a um grande condicionamento na sua actividade fundamentalmente devido ao grande impacto que a pandemia do SARS-COV-2 teve no sector do Turismo, do qual a RealTransfer tem uma forte dependência e a tão esperada recuperação para o ano de 2021 não se veio a verificar, pelo menos não com a intensidade inicialmente esperada. No entanto, a economia em Angola, país de extrema importância para a nossa empresa, registou um crescimento do PIB de 0,7%, saindo da recessão em que se encontrava desde 2016. No entanto, esta alteração não teve ainda impacto significativo na actividade da nossa empresa durante o ano de 2021.

Apesar de todas as adversidades que o SARS-COV-2 trouxe, a RealTransfer, SA mantém-se uma empresa sólida e com forte presença no mercado nacional tal como tinha antes de toda a situação de Pandemia, saindo fortalecida depois de ultrapassar todas as adversidades.

Sucursais no exterior

No final de 2021 a RealTransfer, SA dispõe de uma sucursal em Espanha e a mesma encontra-se em processo de encerramento.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *Proveitos* totais da empresa durante o ano de 2021 (3.880.054€) apresentaram decréscimo de cerca de 10% comparativamente aos valores registados em 2020 (4.321.197€).. Em contrapartida, em 2021 a rubrica *outros proveitos* totalizou menos 53% desse valor (222.517€),

Os Proveitos da RealTransfer, SA provêm essencialmente de três grandes rúbricas, que são elas:

- Reavaliação cambial em divisas;
- Reavaliação cambial notas e moedas;
- Comissões.

No que diz respeito aos proveitos gerados unicamente pela reavaliação cambial em divisas estes totalizaram 2.940.309€, representando este valor um decréscimo significativo relativamente aos proveitos registados em 2020 (3.434.699€). Por outro lado, os proveitos gerados pela reavaliação cambial de notas e moedas registaram uma acentuada subida de 63% (464.470€) relativamente aos valores obtidos em 2020 (284.479 €), ficando ainda assim muito aquém dos valores pré pandemia.

No que respeita às comissões, as mesmas tiveram uma subida significativa, passando de 126.653€ em 2020 para 252.713€ em 2021, tendo o novo agente MoneyGram contribuindo favoravelmente para este crescimento, sendo já em 2021 o segundo agente mais relevante para os proveitos da RealTransfer, SA.

Relativamente aos *Custos*, estes sofreram uma ligeira diminuição de 0,9%, visto que em 2020 totalizaram 4.203.033€ e em 2021 totalizaram 4.161.544€.

Assim, temos a informar o seguinte:

- Aumento dos custos de pessoal em 14,5% totalizando 2.071.405€ em 2021 contra os 1.809.077€ registados em 2020. Parte deste aumento é justificado pela diferença no Lay-off simplificado aplicado em 2021, que se mostrou notoriamente menos vantajoso para as empresas do que o Lay-off simplificado atribuído em 2020;
- Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros sofreram também um aumento 12,5%, passando de 938.448€ em 2020 para 1.058.470€ em 2021. Parte desta subida deveu-se à regularização dos montantes das rendas, visto que muitas delas tiveram significativos descontos em 2020, facto este que pouco se verificou em 2021;
- A redução mais acentuada dos custos registou-se na rúbrica das comissões, muito em parte devido às renegociações que ocorreram durante o ano e que levaram a que em 2021 (899.334€) se tenha pagado menos 30% que o valor de 2020;
- Durante o ano de 2021 o valor em dívida das empresas do Grupo rondou os 61% do total do Ativo. Esta situação, que infelizmente não ficou resolvida durante o exercício de 2021, é uma situação de que se perspectiva começar a ser regularizada no decorrer do exercício de 2022.

4. CONTROLO INTERNO

A RealTransfer, SA realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de gestão de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração de Orçamento, dos Planos de Atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos Relatórios de Atividades. Desta forma, é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista e em tempo útil, da situação económica e financeira da Instituição.

É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objectivos estratégicos, assegurar a regularidade fiscal e demonstra-la perante os órgãos de administração e de fiscalização e assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição.

O sistema de Controlo Interno da instituição é composto por três áreas distintas e autónomas, que são elas:

- A Gestão de Riscos;
- Auditoria Interna;
- Conformidade.

A Gestão de Riscos trabalha essencialmente com base no Sistema de Gestão de Riscos da Instituição, implementado nos termos da Secção III do Aviso nº 3/2020 do Banco de Portugal, de 15/07/2020.

O Controlo do Risco é efetuado com base nos processos desencadeados por todas as áreas da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de pricing (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de Research Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados). De toda a análise efetuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade no acompanhamento dos processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efetuado tem como objetivo a mitigação do risco no seu todo, sendo que, sempre que um processo a desencadear possa representar uma probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a mitigação desse mesmo risco.

Também a Auditoria Interna desempenha um papel fundamental no controlo dos processos desencadeados na instituição, sendo as visitas de auditoria efetuadas com regularidade a todas as áreas, com especial incidência na rede de balcões. Destas visitas resultam relatórios que contêm recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas, dando assim cumprimento ao Artigo nº 23 do Aviso 3/2020 do Banco de Portugal. Para além dos processos de auditoria propriamente ditos, cabe ainda a esta área o tratamento de todas as reclamações que chegam à instituição, quer por meio de registo em livro de reclamações físico, livro de reclamações eletrónico ou diretamente para o email da instituição assim como todo o processo de retenção de numerário suspeito.

Ao Departamento de *Conformidade* cabe a verificação do cumprimento de todas as normas, leis e regulamentos aplicáveis, com especial incidência na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no Financiamento ao Terrorismo, de acordo com o exposto no Artigo nº 28 do Aviso 03/2020 do Banco de Portugal. Durante o ano de 2021 foram ainda elaborados e submetidos todos os reportes que nos são exigidos, como é o caso do RPB (Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo). Tendo em conta a situação de pandemia mundial e as restrições que a mesma implica, a formação no âmbito da prevenção do BC/FT, que anteriormente era dada presencialmente, não foi leccionada com a regularidade pretendida. Assim, foi dada continuidade à formação online, que permite que a mesma continue a chegar a todos os colaboradores e de forma segura.

Prevemos que em 2022 as formações presenciais voltem a fazer parte do calendário do Controlo Interno, conjuntamente com as formações online.

5. PERSPECTIVAS - ANO DE 2022

Não obstante todas as dificuldades que este ano de 2021 nos trouxe, não só a nós mas a todos a nível Mundial devido à Pandemia de SARS-COV-2, que ainda se mantém, o ano de 2022 perspectiva-se um ano de recuperação sendo já notória no início deste novo ano a retoma do Turismo ao nosso país e o aumento da nossa actividade.

Para este ano prevemos continuar a forte aposta que tem sido feita no corredor Brasil, dinamizando o nosso serviço com a introdução do sistema PIX que possibilita pagamentos em horários mais alargados o que nos permite oferecer um produto mais competitivo e diferenciado. A forte aposta que tem sido feita nos últimos anos em diversificar os nossos principais corredores está agora a começar a dar os seus frutos, perspectivando-se ainda um longo caminho até que os mesmos se encontrem plenamente estabelecidos.

Continuamos a considerar que as operações através do novo parceiro MoneyGram reúnem todas as condições para se tornarem uma significativa fonte de receita, tendo a empresa efectuado diversas campanhas de divulgação relativas a este novo serviço.

Iremos continuar a apostar na consolidação da nossa empresa, apostando na formação dos Quadros e com o rigoroso controlo de custos que tem sido feito até aqui, tão essencial para a nossa continuidade e prosperidade.

Tendo cumprido o nosso objetivo para 2021, o de garantir a continuidade e estabilidade da empresa, colocamos agora como objetivo para o ano de 2022 manter esta tendência de crescimento contínuo e terminar o ano com um forte resultado positivo.

Atualmente, considerando o estado de Pandemia derivada do vírus SARS-COV-2 têm sido mantidas as medidas tomadas nos últimos dois anos, nomeadamente a adoção de um regime de trabalho misto para os colaboradores dos serviços centrais, que consiste em manter as equipas em parte em teletrabalho e parte em trabalho presencial.

Relativamente à Rede de Agências da RealTransfer, as mesmas têm vindo a ser alvo de reestruturação desde o final do ano de 2019, antes mesmo da existência do estado de pandemia generalizado na Europa, com o objectivo de manter o maior número de postos de trabalho e salvaguarda da solidez financeira da empresa ao mesmo tempo que dinamizamos a sua organização. Durante o ano de 2022 prevemos aumentar o número de colaboradores nas nossas agências para fazer face ao aumento da procura dos nossos serviços, sendo este um processo já iniciado à data de elaboração deste relatório.

Importa ainda referir que a empresa tem no seu ativo corrente o montante de 2 291 323 euros relativos a adiantamentos de valores efectuados à Utra SGPS, SA. Espera-se que a partir do ano de 2022 esta dívida comece a diminuir, tendo em conta a esperada entrada de dividendos na empresa Utra SGPS, SA derivados dos bons resultados que têm apresentado as suas empresas, o que permitirá que a mesma inicie o abatimento da dívida que possui à RealTransfer, SA.

Não existem fatores relevantes a imputar a 2021 após o termo do exercício.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

1. Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
2. Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2021;
3. Que os resultados do exercício, com impostos incluídos, no montante de **-246 634,38€** (duzentos e quarenta e seis mil seiscientos e trinta e quatro euros e trinta e oito cêntimos) sejam levados a resultados transitados.

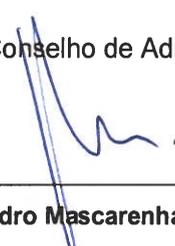
7. RECONHECIMENTO

O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso deste exercício económico apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

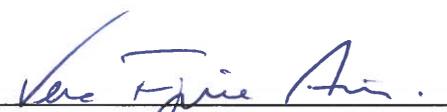
- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa atividade, especialmente ao Banco de Portugal e seus técnicos, pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações;
- Ao acionista Casa Campião e da Ultra SGPS, pelo apoio, pelo carinho, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço, dedicação e leal desempenho demonstrados;
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- À ROC da nossa empresa, pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que sempre nos acompanhou;
- À Contabilista Certificada da nossa empresa;
- Ao escritório de advogados Ferreira Pinto, na pessoa do Dr. Rui Simões pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- A todos os colaboradores da RealTransfer e da NovaCâmbios que nos têm acompanhado nesta jornada.

Lisboa, 07 de Junho de 2022

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vera Figueira Aires



Vasco Álvares de Melo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras

BALANÇO

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte: Individual - NIC

31 de dezembro 2021
Valores em Euros

	Notas	2021		2020	
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	407 982,86		407 982,86	441 922,13
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	4	657 849,20		657 849,20	502 867,59
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	5	29 612,15		29 612,15	24 516,89
Aplicações em instituições de crédito	6	141 500,00		141 500,00	131 800,00
Outros Ativos tangíveis	7	876 857,58	644 487,49	232 370,09	253 024,48
Ativos intangíveis	8	49 654,06	32 844,38	16 809,68	15 616,76
Ativos por impostos correntes	9	11 794,08		11 794,08	18 107,00
Ativos por impostos diferidos	10	118 756,60		118 756,60	72 561,88
Outros Ativos	11	4 872 297,47		4 872 297,47	5 008 137,51
Total de Ativo		7 166 304,00	677 331,87	6 488 972,13	6 468 554,24
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de Crédito	12			500 000,00	-
Passivos por Impostos Correntes	13			11 338,26	13 800,70
Outros Passivos	14			1 112 528,98	1 343 014,27
Total de Passivo				1 623 867,24	1 356 814,97
Capital					
Capital	15			600 000,00	600 000,00
Outras reservas e resultados transitados	16			4 511 739,27	4 428 603,13
Resultado do exercício				(246 634,38)	83 136,14
Total de Capital				4 865 104,89	5 111 739,27
Total de Passivo e Capital				6 488 972,13	6 468 554,24

O Responsável pela Contabilidade
Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado Nº 93044

O Conselho de Administração
Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

Margarida Cravid de Melo

Vera de Melo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2021

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2021	2020
Juros e rendimentos similares		43,06	61,02
Juros e encargos similares			
Margem Financeira		43,06	61,02
Rendimentos de serviços e comissões	17	252 713,09	126 653,23
Encargos com serviços e comissões	18	899 334,64	1 289 385,86
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	3 404 780,25	3 719 179,13
Outros resultados de exploração	20	143 114,83	358 440,65
Produto Bancário		2 901 316,59	2 914 948,17
Custos com pessoal	21	2 071 405,07	1 809 077,25
Gastos gerais administrativos	22	1 058 470,42	938 448,56
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	23	52 931,94	49 258,66
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Resultado Antes de Impostos		(281 490,84)	118 163,70
Impostos	24		
Correntes		11 338,26	14 078,96
Diferidos		(46 194,72)	20 948,60
Resultado líquido do exercício		(246 634,38)	83 136,14

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

V. de Melo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2021

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2021	2020
Actividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	17	252 713,09	126 653,23
Pagamento de comissões	18	(899 334,64)	(1 289 385,86)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	21/22	(3 129 875,49)	(3 039 002,19)
Resultados de reavaliação cambial	19	3 404 780,25	3 719 179,13
Caixa gerada pelas operações		(371 716,79)	(482 555,69)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	24	(11 338,26)	(8 347,17)
Aplicações e recursos em IC's	6	9 700,00	(16 006,75)
Outros recebimentos/pagamentos		37 524,80	(682 874,08)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		(335 830,25)	(1 189 783,69)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	7	26 245,19	35 813,60
Activos intangíveis	8	7 225,28	18 676,81
Outros activos			
		33 470,47	54 490,41
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		(33 470,47)	(54 490,41)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	500 000,00	-
Juros e rendimentos similares		43,06	61,02
		500 043,06	61,02
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		500 043,06	61,02
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		130 742,34	(1 244 213,08)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 076 589,72	2 320 802,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 207 332,06	1 076 589,72
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N° 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

Vera Figueira Aires

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

REALTRANSFER - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2021

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2019		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	539 519,33	19 503,32	5 028 603,13
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019	16	-	-	-	19 503,32	(19 503,32)	-
Ajustamentos por impostos diferidos	16	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	83 136,14	83 136,14
Saldo em 31 dezembro 2020		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	559 022,65	83 136,14	5 111 739,27
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020	16	-	-	-	83 136,14	(83 136,14)	-
Resultado líquido do exercício de 2021		-	-	-	-	(246 634,38)	(246 634,38)
Saldo em 31 dezembro 2021		600 000,00	612 908,25	3 256 672,23	642 158,79	(246 634,38)	4 865 104,89

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N° 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

Pedro Mascarenhas Santos
Vasco Linhares de Melo
Vera Figueira Aires

Vera Figueira Aires

NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A.** é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 14 de Dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A.. Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

Todos os valores apresentados no presente anexo estão expressos em euros, salvo indicação de outra moeda.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos, os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 16/06/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso n.º 5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras, do que o presente anexo é parte integrante, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios fundamentais de consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas.

2.2 Comparabilidade

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afectem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras



2.3 Principais políticas contabilísticas

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil prevista no decreto regulamentar 25/2009, actualizado pelo decreto regulamentar nº 4/2016 de 22 de Abril.

b) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário são classificados como locações operacionais.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

c) Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras operações a regularizar.

d) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, publicadas diariamente pelo BCE e informadas pelo banco de Portugal. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.



e) Impostos

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 17% aplicável aos primeiros 25 000€ de matéria colectável e à taxa de 21% ao excedente. De acordo com o art.º 87-A é acrescida a derrama estadual de 3% calculada sobre o lucro tributável que excede 1 500 000,00€, até 7 500 000,00 €. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, e tributações autónomas sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do código do IRC.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Conforme a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014 e antes de 1 de janeiro de 2018 podem ser reportados por um período de 12 anos. A dedução dos prejuízos está limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. Após 1 de Janeiro de 2018 empresas não abrangidas pelo DL nº 372/2007 apenas podem reportar os seus prejuízos fiscais nos 5 anos seguintes. A partir de janeiro de 2018 passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e actualizado.

3. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição, onde representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões:

Caixa	2021	2020
Moeda Nacional	199 857,30	293 677,98
Moeda Estrangeira	208 125,56	148 244,15
Total	407 982,86	441 922,13

4. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Disponibilidades OIC	2021	2020
Moeda Nacional	633 751,86	475 073,37
Moeda Estrangeira	24 097,34	27 794,22
Total	657 849,20	502 867,59

5. Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	2021	2020
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	29 612,15	24 516,89
Total	29 612,15	24 516,89

6. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição e detalhe:

Aplicações em IC	2021	2020
À Ordem	-	-
A Prazo	141 500,00	131 800,00
Total	141 500,00	131 800,00

Aplicações em IC	2021	Início	Fim
Poupança Prazo 1	33 600,00	10-mai-19	24-abr-22
Poupança Prazo 2	18 500,00	18-set-20	18-set-22
Poupança Prazo 3	37 600,00	27-jan-21	27-jan-22
Poupança Prazo 4	36 300,00	14-set-21	14-set-22
Poupança Prazo 5	14 500,00	10-ago-17	14-ago-22
Poupança Prazo 6	1 000,00	21-dez-21	21-dez-22
Total	141 500,00		

7. Outros Ativos Tangíveis

O movimento ocorrido em 2020 e 2021 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Regularizações		
Edifícios	88 629,92	10 900,80	0,00	0,00	1 362,60	76 366,52
Obras em Edifícios	0,00	0,00	12 521,99	0,00	1 837,38	10 684,61
Equipamento	746 373,79	560 693,43	23 291,61	(20 204,92)	22 793,70	165 973,35
Total	835 003,71	571 594,23	35 813,60	(20 204,92)	25 993,68	253 024,48

850 612,39 597 587,91

	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Regularizações		
Edifícios	88 629,92	12 263,40	0,00	0,00	0,00	76 366,52
Obras em Edifícios	12 521,99	1 837,38	12 926,69	0,00	2 984,50	20 626,80
Equipamento	749 460,48	583 487,13	13 318,50	0,00	43 915,08	135 376,77
Total	850 612,39	597 587,91	26 245,19	0,00	46 899,58	232 370,09



8. Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2020 e 2021 foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Regularizações		
Software	0,00	0,00	10 295,49	20 204,92	22 682,82	7 817,59
Outros	3 547,05	3 547,05	8 381,32	0,00	582,15	7 799,17
Total	3 547,05	3 547,05	18 676,81	20 204,92	23 264,97	15 616,76

	Saldo em 01jan2021		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2021
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Regularizações		
Software	30 500,41	22 682,82	7 225,28	0,00	4 635,20	10 407,67
Outros	11 928,37	4 129,20	0,00	0,00	1 397,16	6 402,01
Total	42 428,78	26 812,02	7 225,28	0,00	6 032,36	16 809,68

9. Ativos por Impostos Correntes

O valor de Ativos por Impostos Correntes tem a seguinte composição:

Ativos por Impostos Correntes	2021	2020
Pagamento Especial por Conta IRC	11 783,31	18 091,74
Retenções na Fonte IRC	10,77	15,26
Total	11 794,08	18 107,00

10. Ativos por Impostos Diferidos

O valor de Ativos por Impostos Diferidos desagrega-se como se segue:

Ativos por Impostos Diferidos	2021	2020
Por prejuizos fiscais	118 756,60	72 561,88
Total	118 756,60	72 561,88



A variação verificada é demonstrada da seguinte forma:

Ativos por Impostos Diferidos	Saldo Inicial	Dedução do Prejuízo Fiscal	Saldo Final
Saldo em 31 dezembro 2019	93 510,48	-	93 510,48
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2019	-	(3 895,57)	(3 895,57)
Dedução do prejuízo fiscal referente a 2020	-	(17 053,03)	(17 053,03)
Saldo em 31 dezembro 2020	93 510,48	(20 948,60)	72 561,88
Ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais	46 194,72	-	46 194,72
Saldo em 31 dezembro 2021	139 705,20	(20 948,60)	118 756,60

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Ativos	2021	2020
Outras Disponibilidades (Agentes / Correspondentes)	1 520 943,40	1 659 009,59
Devedores e Outras Aplicações	3 133 058,78	2 803 060,79
Rendimentos a Receber	3 026,02	359 163,93
Despesas com Encargo Diferido	123 380,79	94 295,66
Devedores por Adiantamento - Agentes / Correspondentes	54 300,16	41 761,28
Outras Operações a Regularizar	37 588,32	50 846,26
Total	4 872 297,47	5 008 137,51

As Outras Disponibilidades são valores adiantados aos nossos Agentes/Correspondentes para as nossas ordens de pagamento.



O saldo mais significativo, no montante de 1 103 867€ é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal). No exercício de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral da RealTransfer a celebração de um contrato mutuo a conceder à NovaCâmbios até ao montante de 2 000 000€.

A rúbrica de Devedores Diversos é composta por Aplicações referentes a Cauções Contratuais e Adiantamentos de valores à empresa mãe (Ultra SGPS), no montante de 2.291 Mil Euros.

Nas Despesas com encargo diferido as rúbricas com maior peso são as Rendas e as Cauções das mesmas.

As Outras Operações a Regularizar são compostas maioritariamente por Furtos e Falhas de Caixa que aguardam resolução.

12. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC's	2021	2020
Millenium BCP - "Millenium FEI EGF"	500 000,00	-
Total	500 000,00	-

Em 06 de dezembro de 2021, foi celebrado contrato de crédito com o Banco Millenium BCP, ao abrigo da linha de crédito "Millenium FEI EGF" por um prazo de 5 anos.

13. Passivos por Impostos Correntes

Os Passivos por Impostos Correntes têm a seguinte composição e são resultantes de Tributações Autónomas:

Passivos por Impostos Correntes	2021	2020
Tributação Autónoma IRC	11 338,26	13 800,70
Total	11 338,26	13 800,70

14. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rúbrica detalha-se da seguinte forma:

Outros Passivos	2021	2020
Credores e Outros Recursos		
Setor Público Administrativo	57 634,49	87 284,91
Credores Diversos	839 173,37	936 328,94
Fornecedores	33 908,43	67 809,85
Encargos a Pagar		
Gastos com Pessoal	102 900,64	141 045,27
Acréscimos de Gastos Gerais	78 912,05	10 545,30
Outros Encargos a Pagar	-	100 000,00
Total	1 112 528,98	1 343 014,27

O **Sector Público Administrativo** diz respeito aos seguintes impostos a pagar em janeiro de 2022:

- Contribuições para a Segurança Social
- FCT-Fundo de Compensação do Trabalho
- Retenções na fonte s/ Rendimentos do Trabalho
- Retenções na fonte s/ Rendimentos Prediais
- Imposto do selo

A rubrica **Credores Diversos** representa:

Credores de Transferências	835.294,44 €
Valores a liquidar	<u>3.878,93 €</u>
Total	839.173,37 €

Os Valores a Liquidar são Ordens de Pagamento não reclamadas pelos Beneficiários.

Em credores por Transferências inclui ainda o montante de 496.837 Euros de ordens de pagamento que não foram reclamadas pelos beneficiários.

A rubrica dos **Gastos com pessoal** refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de dezembro relativa ao encargo com as férias e com o subsídio de férias.

Os **Outros Encargos a Pagar** são comissões relativas ao negócio Core e Acréscimo de Gastos da empresa que serão pagas em 2022.

15. Capital

O capital social da Realtransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por **600.000 ações nominativas**, com o valor nominal unitário de **1 euro cada**.

As pessoas coletivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2021, eram as seguintes:

	(%) Capital	Valor
ULTRA - SGPS, S.A.	91,67%	550 000,00€

16. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e Resultados Transitados	2021	2020
Reserva Legal	612 908,25	612 908,25
Outras Reservas	3 256 672,23	3 256 672,23
Resultados Transitados	642 158,79	559 022,65
Total	4 511 739,27	4 428 603,13

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 a Reserva Legal está totalmente constituída nos termos da lei.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor de Outras Reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral em 29 de Junho de 2021, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo sido deliberado que o resultado líquido negativo no montante de **83.136,14 Euros** fosse transferido para Resultados Transitados.

17. Rendimentos de Serviços e Comissões

Rendimentos de Serviços e Comissões	2021	2020
Por Serviços de Transferências	243 200,94	119 679,23
Por Serviços Monetários	9 512,15	6 974,00
Total	252 713,09	126 653,23

18. Encargos com Serviços e Comissões

Encargos com Serviços e Comissões	2021	2020
Serviços bancários prestados por terceiros	141 502,71	229 123,70
Por Serviços de Transferências	757 831,93	1 060 262,16
Total	899 334,64	1 289 385,86

19. Resultados de reavaliação cambial (líquido)

Resultados de Reavaliação Cambial (líquido)	2021	2020
S/ Operações Cambiais Divisas	2 940 309,64	3 434 699,88
S/ Operações Cambiais Notas e Moedas	464 470,61	284 479,42
Total	3 404 780,25	3 719 179,30

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.




20. Outros Resultados de Exploração

Outros Resultados de Exploração	2021	2020
Outros encargos e gastos operacionais		
dos quais, Quotizações e Donativos	(4 014,50)	(2 906,69)
dos quais, Multas e Outras Penalidades	(531,80)	-
dos quais, Custos de Exercícios Anteriores	(64 957,52)	-
dos quais, Sinistros	(1 250,00)	(13 079,76)
dos quais, Outros	(3 153,13)	(100 000,00)
Outros impostos	(5 495,87)	(876,79)
Outros rendimentos e receitas operacionais		
dos quais, subsídio à exploração COVID19	50 658,34	125 303,89
dos quais, subsídio à exploração IEFP	109 060,00	-
dos quais, subsídio à exploração IAPMEI	2 197,00	-
dos quais, Rendimentos de Exercícios Anteriores	60 602,31	-
dos quais, Outros Rendimentos Operacionais do Exercício	-	350 000,00
Total	143 114,83	358 440,65



27



21. Custos com o Pessoal

A empresa na rubrica de custos com o pessoal tem o seguinte detalhe:

Custos com Pessoal	2021	2020
Remuneração OGF	57 024,00	53 188,00
Remuneração pessoal	1 009 300,26	867 263,91
Subsídios de Férias/Natal	165 238,43	159 220,98
Subsídio de Refeição	120 837,13	108 843,90
Subsídio de Falhas de Caixa	79 937,23	62 246,99
Subsídio de Transporte	16 925,00	25 114,33
Subsídio de Turno	16 847,94	29 743,09
Subsídio de Função	7 847,50	1 486,65
Trabalho Extraordinário	43 040,62	35 229,50
Complemento Noturno/Feriado/Fim de Semana	27 574,25	17 551,97
Subsídio de Baixa / Complemento de Baixa	2 990,00	5 713,50
Encargos sociais	319 482,26	213 303,40
Seguros	37 248,81	30 820,47
Cedência de Pessoal	156 802,37	166 479,33
Indemnizações Contratuais	4 387,75	25 843,98
Higiene e Segurança no Trabalho	2 257,77	3 785,05
FUTURO Fundo de Pensões	2 579,00	2 315,40
Medicina no Trabalho	1 084,75	926,80
Total	2 071 405,07	1 809 077,25

O número médio de funcionários ao serviço em 2021 foi de **89**, no ano de 2020 foi de 84.

No final do ano de 2021 o número total de funcionários era de **88** e no ano de 2020 eram 87.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os seguintes custos:

- Descontos para o regime geral de segurança social
- Fundo de Compensação
- Encargos com Higiene e Segurança.

Os outros custos com pessoal traduzem os seguintes custos:

- Cursos de formação profissional
- Transferência de pessoal
- Indemnizações contratuais

- Seguros.

22. Gastos Gerais Administrativos

Gastos Gerais Administrativos	2021	2020
Com Fornecimentos	44 715,38	50 307,61
Com Serviços		
dos quais, Rendas de Lojas	366 384,72	360 472,00
dos quais, Aluguer de Espaços	21 884,48	19 623,23
dos quais, Aluguer de Viaturas	18 254,00	13 622,70
dos quais, Comunicações	44 065,65	52 696,18
dos quais, Deslocações e Representação	102 148,24	75 832,79
dos quais, Publicidade	106 660,58	68 512,34
dos quais, Conservação e Reparação	26 735,24	34 635,62
dos quais, Transporte de Material	2 134,63	-
dos quais, Formação Profissional	4 786,66	-
dos quais, Seguros	14 746,59	17 200,62
dos quais, Avenças e Honorários - Advocacia	17 220,29	6 264,40
dos quais, Avenças e Honorários - Contabilidade	27 828,75	29 151,00
dos quais, Avenças e Honorários - Recursos Humanos	7 380,00	-
dos quais, Informática	183 282,77	131 973,68
dos quais, Segurança e Vigilância	18 597,86	19 609,32
dos quais, Limpeza	1 086,25	6 426,82
dos quais, Informações - Serviços de Ligação de Dados	13 631,13	-
dos quais, Outros Serviços Especializados	36 159,41	34 402,58
dos quais, Outros	767,79	17 717,67
Total	1 058 470,42	938 448,56

23. Amortizações do exercício

(Ver Notas 7 e 8)	2021	2020
Amortizações do exercício – Ativos Tangíveis	46.899,58 €	45.128,69 €
Amortizações do exercício – Ativos Intangíveis	6.032,36 €	3.060,05 €
Total	52.931,94 €	49.258,66 €


 29 


24. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	2021	2020
- Estimativa de Imposto	11.338,26 €	13.800,70 €
- Correção de impostos	0,00 €	278,26 €
Impostos Correntes	11.338,26 €	14.078,96 €
Impostos Diferidos	(46.194,72) €	20.948,60€

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2021 e 2020 é demonstrada da seguinte forma:

	2021	2020
Resultados antes de Impostos	(281.490,84) €	118.163,70€
Dedução de Prejuízo Fiscal – 70%	0,00 €	(81.204,91) €
Matéria Coletável	(219.974,87) €	34.802,10 €
Taxa de imposto – 17% s/ 25.000,00€	17%	17%
Imposto	0,00 €	4.250,00 €
Taxa de imposto – 21% s/ 9.802,10€	21%	21%
Imposto	0,00€	2.058,44 €
Derrama – 1,5%	0,00€	1.740,11€
Quotizações a favor de associações empresariais	0,00 €	2.156,69 €
Tributação autónoma	11.338,26 €	5.752,16 €
Imposto s/rendimento corrente	11.327,49 €	13.800,70 €
Imposto s/rendimento diferido	(46.194,72) €	20.948,60 €
Correções de impostos	0,00 €	278,26 €
IRC efetivo	11.327,49 €	14.078,96 €

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento do exercício resulta da legislação em vigor.




25. Partes Relacionadas

Empresa	Saldo a 31/12/2020	Variação	Custos	Proveitos	Saldo a 31/12/2021
RT Namíbia	51.227,78	(71.011,26)	-	882,62	-19.783,48
RT Angola	191.241,36	5.712,89	-	-	196.954,25
NC Portugal	1.078.849,96	25.016,87	366.238,73	-	1.103.866,83
NC Angola	52.614,00	47.160,00	-	-	99.774,00
Ultra SGPS	1.912.000,00	379.322,84	243.214,91	-	2.291.322,84
Ultra Serviços	587.263,92	-	-	-	587.263,92
Ultra Viagens	1.349,86	-	-	-	1.349,86
Casa Campião	48.411,42	(33.915,14)	15.667,26	-	14.496,28

Os movimentos efectuados traduzem o somatório das operações com cada uma das empresas, a natureza dos movimentos e os saldos em 31 de dezembro.

26. Risco Cambial

A Realtransfer assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus ativos e passivos.



RealTransfer

INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

MOEDA	VALOR	DIVISAS	TOTAL	FIXING	TOTAL EM €
ARS	105 120,00		105 120,00	0,00871940	916,58
AUD	8 825,00		8 825,00	0,64040986	5 651,62
BGN	2 051,00		2 051,00	0,51129972	1 048,68
BRL	107 296,00	235 732,09	343 028,09	0,15847609	54 361,75
CAD	8 845,00		8 845,00	0,69478219	6 145,35
CHF	12 530,00	3 783,25	16 313,25	0,96796051	15 790,58
CLP	772 000,00		772 000,00	0,00106453	821,82
CNY	12 070,00		12 070,00	0,13899120	1 677,62
COP	96 000,00		96 000,00	0,00022044	21,16
CVE	478 000,00		478 000,00	0,00906906	4 335,01
CZK	19 500,00		19 500,00	0,04022850	784,46
DKK	49 950,00		49 950,00	0,13447367	6 716,96
GBP	31 144,00	10 472,81	41 616,81	1,19007950	49 527,31
HKD	16 710,00		16 710,00	0,11320797	1 891,71
HRK	7 540,00		7 540,00	0,13305658	1 003,25
HUF	237 500,00		237 500,00	0,00270863	643,30
IDR	11 016 000,00		11 016 000,00	0,00006211	684,20
INR	309 640,00		309 640,00	0,01187237	3 676,16
ISK	1 355 500,00		1 355 500,00	0,00677507	9 183,61
JPY	104 000,00		104 000,00	0,00766989	797,67
KRW	436 000,00		436 000,00	0,00074273	323,83
KWD	37,00		37,00	2,91120815	107,71
MAD	10 340,00		10 340,00	0,09523628	984,74
MOP	5 890,00		5 890,00	0,10957823	645,42
MXN	72 930,00		72 930,00	0,04320812	3 151,17
MYR	9 205,00		9 205,00	0,21193625	1 950,87
MZN	191 680,00		191 680,00	0,01392564	2 669,27
NIP	415,00		415,00	1,18884860	493,37
NOK	30 600,00		30 600,00	0,10011213	3 063,43
NZD	5 800,00		5 800,00	0,60317269	3 498,40
PEN	2 840,00		2 840,00	0,21709398	616,55
PHP	28 310,00		28 310,00	0,01731212	490,11
PLN	37 160,00		37 160,00	0,21753791	8 083,71
RON	6 139,00		6 139,00	0,20206102	1 240,45
RUB	352 460,00		352 460,00	0,01172327	4 131,98
SAR	8 025,00		8 025,00	0,23458760	1 882,57
SCP	480,00		480,00	1,18884860	570,65
SEK	101 940,00		101 940,00	0,09755812	9 945,07
SGD	7 000,00		7 000,00	0,65449310	4 581,45
THB	99 550,00		99 550,00	0,02655831	2 643,88
TND	2 840,00		2 840,00	0,30579170	868,45
TRY	1 270,00		1 270,00	0,06564480	83,37
USD	43 054,00	8 129,79	51 183,79	0,88292425	45 191,41
XAF	306 000,00		306 000,00	0,00152449	466,49
XOF	701 000,00		701 000,00	0,00152449	1 068,67
ZAR	85 510,00	521,94	86 031,94	0,05536332	4 763,01
					269 194,83

27. Contingências

A RealTransfer tem os seguintes passivos contingentes, referente a Garantias prestadas nos montantes abaixo descritos no valor total de **169.533,80€**, para cumprimento das rendas:

Data	Ref Banco	Valor da Garantia Bancária	Descrição	Duração
30/01/2015	MOG - 344.43.000091-1	10 509,78	Rio Sul Shopping	12 Anos
28/12/2015	MOG - 344.43.000104-2	18 981,26	Gaia Shopping	7 Anos
24/07/2014	MOG - 344.43.000127-3	14 313,73	Forum Montijo	7 Anos
06/06/2019	MOG - 344.43.010636-9	33 593,08	Loures Shopping	7 Anos
23/09/2020	MOG - 344.43.010771-4	18 360,48	Forum Almada	7 Anos
10/02/2021	MOG - 344.43.010778-9	37 519,30	Algarve Shopping	6 Anos
28/09/2021	MOG - 344.43.010800-1	36 256,17	Via Catarina	7 Anos
Total		169 533,80		

28. Informações exigidas por diplomas legais

Dando cumprimento ao estipulado no decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a administração informa que a situação da empresa perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º do código das sociedades comerciais.

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Salienta-se que, durante o ano de 2021 manteve-se a situação de Pandemia decretada em 2020, derivada do novo coronavírus, que provoca a doença designada COVID-19, e que levou os governos dos diversos países, incluindo do nosso, a declarar a situação de emergência e de calamidade públicas e à tomada de medidas

de restrição e confinamento, originando uma drástica redução e, mesmo interrupção, de muitas atividades económicas, designadamente ao encerramento dos aeroportos, das viagens, do turismo e do comércio.

Esta situação teve um grande impacto na empresa, originando uma quebra significativa da actividade, que não retomou em 2021 como era inicialmente esperado, o que levou à implementação de um plano de contingência, incluindo medidas de mitigação dos impactos provocados pela pandemia, entre as quais a declaração da situação de lay-off simplificado, com o intuito de proteger os postos de trabalho, dada a significativa quebra da atividade.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Factos Relevantes

No final do ano 2021 a RealTransfer possuía 22 agências.

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

O **Banco de Portugal** procedeu ao averbamento da data de início de actividade da Realtransfer como **Instituição de Pagamento** em **04/07/2011**, de harmonia com a sua comunicação refª 3778/11/DSPRE-proc. Nº 478/11 de 17/11/2011.

A Realtransfer mantém a utilização do software denominado “**Trader**” propriedade da empresa **Codeware – Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A.** que serve de base à gestão e contabilização da sua actividade, que sofre constantes actualizações.

Todos os movimentos de gestão (registo de compras/vendas de moeda, de pagamentos/recebimentos de remessas, e registo de transferências) é registada no Trader sendo que, aquando do registo das operações, automaticamente serão calculados lotes, valias, comissões, impostos, possibilitando o acompanhamento diário da gestão. O Trader permite o controlo de saldos: de caixa, de caixa/tesouraria, das contas bancárias, dos correspondentes, dos valores a liquidar, das valias e demais contas. Permite ainda segregar a informação por caixa, por balcão, visualizar tudo ou

parte, dependendo do "perfil" que a gestão defina para cada utilizador, limitando o risco em que se incorre.

No final do dia, em cada balcão, um utilizador com "formação" adequada é responsável pela conferência e fecho das respectivas caixas no balcão, bem como a mudança de data do sistema, evitando deste modo quaisquer alterações dos valores.

Toda a actividade em termos operativos tem reflexo contabilístico, por intermédio de parametrizações contabilísticas efectuadas para o efeito durante o desenvolvimento do projecto.

Na preparação das demonstrações financeiras, a RealTransfer, SA não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

A Codeware assegura anualmente actualizações/melhoramentos do software Trader, permitindo uma evolução permanente quer do sistema quer dos conteúdos.

Lisboa, 7 de junho de 2022

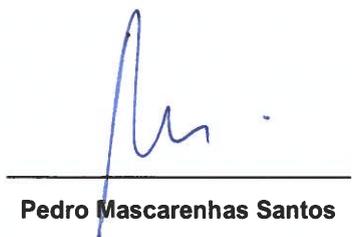
O Responsável pela Contabilidade



Margarida Cravid de Melo

NIF: 205908136 | CC n.º 93044

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



Vera Figueira Aires



Vasco Álvares de Melo

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6 488 972 euros e um total de capital próprio de 4 865 105 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 246 634 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião com reservas

A Entidade tem mostrado no seu activo corrente o montante de 587 264 Euros relacionado com Adiantamentos de valores efectuados à Ultra Serviços – Consultoria e Serviços, Lda. O valor destes adiantamentos representa cerca de 9% do total do activo (no exercício anterior 9%). Assim, uma vez que não nos foi mostrada evidência de que existe por parte do devedor uma intenção clara de proceder à liquidação da dívida, não podemos emitir opinião sobre a recuperabilidade da mesma. Conforme informação que nos foi transmitida pela Administração da Entidade, há uma intenção de proceder à fusão daquela entidade na ULTRA SGPS, não nos tendo no entanto sido disponibilizado quer um projecto de fusão, quer uma aprovação das respectivas administrações relativamente a tal intenção.

Estão mostrados em Outros activos – Outras disponibilidades, diversos valores relacionados com contas de correspondentes. Não nos foi possível confirmar a correcção de dois dos saldos

por as diferenças entre os valores mostrados nos correspondentes e os que constam da contabilidade da Entidade não estarem devidamente justificadas.

Em relação a estas dois correspondentes (Daycoval Euros e Pontual Euros), cujos saldos totalizam um valor líquido credor de 66 502 Euros, foram detectadas diferenças não devidamente justificadas, no montante de 465 321 Euros.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na nota 30 do Anexo, na preparação das demonstrações financeiras não foi considerada a IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2019.

De acordo com o referido no Relatório de Gestão e nas notas 11 e 25 do Anexo, a empresa tem mostrado no seu activo corrente o montante de 2 291 323 Euros relacionado com adiantamentos de valores efectuados à Ultra SGPS, SA (sociedade detentora de 91,67% do capital da Entidade). O valor total destes adiantamentos representa cerca de 36% do total do Activo (no exercício anterior 30%).

Conforme referido nas notas 11 e 25 do Anexo, a empresa tem mostrado no seu activo corrente o montante de 1 103 867 Euros relacionado com um contrato de mútuo concedido à Novacâmbios - Instituição de Pagamentos, S.A., o qual teve aprovação dos accionistas em Assembleia Geral Extraordinária de 08.04.2021.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada *para proporcionar uma base para a nossa opinião*. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.

CM

Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

1 de Julho de 2022

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC n° 846)

IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas de
de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pela Administração de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido da Administração e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, verificámos a exactidão das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2021, que foram submetidas à nossa apreciação pela Administração, e a sua conformidade com o Relatório de Gestão, bem como a divulgação das políticas e critérios contabilísticos que presidiram à sua preparação. Consideramos que o Relatório de Gestão apresenta de forma adequada os principais aspectos da vida da Sociedade no ano de 2021 e as suas perspectivas futuras.

Como nos compete, procedemos nesta mesma data e na qualidade de Revisor Oficial de Contas à emissão da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, a qual inclui duas reservas e três ênfases.

Não tomámos conhecimento de quaisquer violações à Lei ou aos Estatutos.

Face ao exposto, somos do parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da empresa;
- b) Seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Lisboa, 1 de Julho de 2022

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC nº 846)